



# Ministério da Cultura

Brasil Patrimônio Cultural  
Brasil, Som e Imagem  
Cultura Afro-Brasileira  
Cultura, Educação e Cidadania  
Engenho das Artes  
Gestão da Política de Cultura  
Identidade e Diversidade Cultural  
Livro Aberto  
Monumenta  
Museu Memória e Cidadania

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério da Cultura, foram utilizados R\$ 542 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

<b>Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):</b>	R\$ 670.823.593,00	<b>Realizado orçamentário<sup>1</sup>:</b>	R\$ 542.635.300,00
<b>Recursos não orçamentários previstos:</b>	-	<b>Realizado não orçamentário:</b>	-
<b>Total previsto:</b>	R\$ 670.823.593,00	<b>Total realizado:</b>	R\$ 542.635.300,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 90,2 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 72,8 milhões.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do Ministério da Cultura em 2005 a serem destacados foram:

- A diversidade das políticas a cargo do Ministério da Cultura (MinC) envolve vários segmentos de atuação. Na área de Cinema e Audiovisual, destaca-se a realização de 14 projetos cinematográficos por meio de editais abertos aos profissionais do setor, de 35 documentários por intermédio da iniciativa DOC-TV e de 40 filmes de curta duração por meio do programa “Revelando os Brasis”, iniciativa que tem propiciado às populações carentes ou excluídas expressar aspectos relevantes de suas vidas e de seus costumes.
- O programa “Cultura, Educação e Cidadania” implementou 442 Pontos de Cultura e capacitou 6.310 pessoas em áreas de vulnerabilidade social. A iniciativa do programa é considerada prioritária pelas políticas do órgão, cuja estratégia é levar o jovem a um processo de transformação social e humana, de progressão e emancipação, reduzindo o fosso social decorrente da má distribuição das riquezas do país, particularmente nas áreas tecnológica, educacional e cultural.
- No que concerne às ações voltadas para as populações afro-brasileiras, as realizações mais significativas dizem respeito ao fomento a projetos e ao desenvolvimento socioeconômico de comunidades negras rurais. Um total de 317 comunidades remanescentes de quilombos receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição, documento que propicia o estabelecimento de convênios para a execução de ações voltadas ao seu

<sup>1</sup> A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

etnodesenvolvimento, permitindo, inclusive, garantir assessoria jurídica gratuita às comunidades tituladas.

- O conceito de diversidade, no contexto da nova política cultural brasileira, abrange, também, aspectos humanos relacionados com a aceitação do outro e com a harmonização de diferenças de ordem social, cultural ou de gênero. A promoção da cultura da paz é um dos grandes pilares dessas iniciativas. As iniciativas voltadas às sociedades indígenas, ao movimento hip-hop, à cultura digital e à produção de jogos eletrônicos também se enquadram nesse novo rol de expressões. Quanto aos segmentos sociais, os grupos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) foram reconhecidos por sua contribuição para a construção de um ambiente de tolerância e de combate à homofobia e à discriminação.
- O programa “Livro Aberto” manteve as estruturas operacionais de centenas de bibliotecas espalhadas pelo território nacional, apoiou a realização de feiras do livro, adquiriu acervos bibliográficos e realizou pesquisas na área do conhecimento científico aplicado ao livro e à leitura. Iniciou, também, os procedimentos de constituição de 400 novas bibliotecas em Municípios que ainda não as possuem.
- A “Difusão Cultural” destaca, no âmbito da música, o Projeto Pixinguinha, que promoveu 160 espetáculos em 53 cidades brasileiras e o Projeto Bandas, que distribui gratuitamente instrumentos de sopro às bandas civis. O “Arte sem Barreiras”, direcionado a pessoas portadoras de necessidades especiais, promoveu o desenvolvimento de experiências inovadoras de conteúdo estético e artístico em favor da valorização da percepção e da expressão individual desse segmento da sociedade. As Caravanas de Circulação Regional de Teatro e Dança, de Arte Contemporânea e de Dramaturgia beneficiaram artistas nacionais no desenvolvimento de novos conteúdos e linguagens estéticas nessas áreas. Somam-se a isto a modernização e a melhoria de 40 teatros públicos ou privados sem fins lucrativos de diversas localidades brasileiras, cujos equipamentos de iluminação cênica foram modernizados com o apoio do MinC.
- O programa “Museu, Memória e Cidadania” criou o Sistema Nacional de Museus, que abre portas à valorização do patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais.
- Na área do Patrimônio Cultural, destacam-se as iniciativas voltadas para o fortalecimento do patrimônio imaterial da cultura brasileira e as ações de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural do país. Somam-se a estes o programa “Monumenta”, que desenvolve ações de recuperação de estruturas físicas, mas que principalmente gera condições favoráveis de auto-sustentação dos Municípios contemplados, pelo incremento do turismo e de outras atividades econômicas que resultem na geração de emprego e renda para as populações locais.
- No campo internacional, o Ano do Brasil na França promoveu 436 eventos culturais em 161 cidades francesas, oferecendo uma vasta retrospectiva da produção cultural nacional. Os efeitos comerciais e de divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior estão ainda por ser completamente mensurados

## ASPECTOS RELEVANTES

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 48/05, oriunda da PEC 57/03, que aprovou o Plano Nacional de Cultura, reafirmou-se que a cultura representa uma política estratégica para a emancipação da sociedade brasileira e é ditada por uma visão cultural inclusiva e participativa, de forma a promover uma época de desenvolvimento cultural por meio da realização satisfatória das aspirações sociais de um país tão diverso e culturalmente amadurecido.

As mudanças implementadas pela atual gestão do MinC quanto à forma de atendimento das demandas externas, particularmente as decorrentes da política de editais, foram fortalecidas e executadas por todas as secretarias finalísticas e unidades vinculadas, superando a política de balcão que imperava no órgão desde a sua criação.

Merece destaque a interlocução social decorrente das reuniões das Câmaras Setoriais e dos encontros preparatórios para a constituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A adesão de diversos Estados e Municípios ao SNC, por meio da assinatura do Protocolo de Intenções, permite vislumbrar a construção de políticas estáveis para o setor cultural, evitando a superposição de gastos e buscando uma melhor distribuição da ação pública nas diferentes regiões do país.

As restrições que prejudicaram o desempenho do Órgão dizem respeito às parcerias formalizadas com outros ministérios, as quais não produziram os resultados esperados. Pode-se citar, por exemplo, o não cumprimento dos termos de cooperação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, que não disponibilizou as 12.500 bolsas do primeiro emprego aos jovens dos Pontos de Cultura acordadas com o MinC e por parte do Ministério das Comunicações, que ainda não implementou as ações de instalação de antenas do programa “Governo Eletrônico/Serviços de Atendimento ao Cidadão” (GESAC) nesses mesmos Pontos de Cultura. As políticas de inclusão social do MinC dependem de parcerias com outros entes públicos, particularmente no que concerne à democratização do acesso à internet pelas populações que habitam áreas com alta vulnerabilidade social.

A liberação de limite orçamentário a partir de setembro comprometeu a execução de ações. O descontingenciamento foi o maior problema do MinC no segundo semestre do exercício. A política de editais foi visivelmente prejudicada e áreas cruciais, como a de Cinema e Audiovisual, não puderam dar início a diversos projetos por falta de tempo hábil para efetuar os procedimentos legais típicos desse tipo de instrumento. Em relação às obras de preservação do patrimônio, o impacto do contingenciamento foi ainda mais grave, pois os procedimentos de contratação de empresas para reforma e preservação duram entre 60 e 90 dias.

## RECOMENDAÇÃO

Sugere-se maior interlocução entre os programas, considerando que as iniciativas do MinC, em sua grande maioria, têm por objetivo enfrentar problemas referentes aos aspectos de valorização da juventude em situação de vulnerabilidade social, de recuperação patrimonial e histórica, de preservação da memória nacional e de redução da discriminação e das desigualdades sociais e étnicas, entre outras. Para alavancar essa interlocução, o Ministério constituiu o Sistema MinC, fórum interno

voltado para o debate e aperfeiçoamento das ações de todas as secretarias e das unidades vinculadas do órgão. Embora haja aspectos comuns que permeiam a grande maioria de suas ações, existe um esforço cotidiano do MinC para evitar a superposição de esforços e o desperdício de recursos.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do pelo Ministério da Cultura.

## BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

### OBJETIVO

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 53.502.852,00	Empenho Liquidado: R\$ 33.028.287,00 Pago estatais: - Total: R\$ 33.028.287,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 81.100.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> R\$ 65.846.012,00

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS EDIFICADOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL TOMBADOS PELA UNIÃO

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 0,06 em 2003  
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador deve ser alterado para “Taxa de Preservação de Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Histórico Cultural Tombado pela União”. O índice final do Plano Plurianual (PPA) também deve ser modificado porque atinge uma meta superior a 100%.

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados, razão pela qual não houve execução na ação “Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores”.

No final do exercício, soluções começaram a ser vislumbradas em parceria com profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual se busca uma profunda revisão de todos os indicadores e de suas formas de mensuração ainda em 2006.

## 2. NÚMERO DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** 7 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 3

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

A dinâmica do programa possibilita ampliar o índice previsto para o final do PPA, que foi superado desde 2005. Tecnicamente, o indicador não possibilita mensurar a evolução no transcorrer do tempo. Foram previstos 5 bens registrados, no entanto foi possível registrar apenas 1 deles em 2005, chegando a 7 bens acumulados desde o início do PPA.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O programa visa a revitalizar, proteger e integrar os bens do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados e acervos, estimulando novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

O problema se manifesta pela deteriorização e descaracterização dos bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, seja em decorrência da escassez de iniciativas de conservação preventiva, seja de situações de origem fortuita.

Os sítios arqueológicos estão localizados em regiões menos desenvolvidas economicamente, criando-se uma zona de tensão para a preservação do patrimônio nas frentes agropecuárias, em expansão, e áreas de menor densidade demográfica, como o Centro-Oeste, o Nordeste e a Amazônia.

Há baixa identificação dos bens culturais de natureza processual e pouca produção de conhecimento institucional, necessário para subsidiar políticas de fomento e apoio à inclusão de bens culturais imateriais no conjunto do patrimônio cultural brasileiro.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

#### **Patrimônio Imaterial:**

- Conclusão de 28 projetos de inventário e 18 processos de registro de bens imateriais.
- Prosseguimento de 4 projetos de salvaguarda de bens imateriais da expressão cultural brasileira.
- Criação e implantação da Câmara do Patrimônio Imaterial junto ao Conselho Consultivo do patrimônio cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de fundamental importância para o desenvolvimento da política de preservação do patrimônio imaterial.
- Reconhecimento do Jongo do Sudeste como patrimônio cultural do Brasil, em mais de 30 comunidades em 4 Estados, inscrito no livro de registro das normas de expressão.

- Regulamentação dos procedimentos administrativos dos processos de registro.
- Registros, em fase de conclusão, da Cachoeira de Iauaretê, como lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri do Estado do Amazonas/AM e da Feira de Caruaru em Pernambuco.
- Realização de edital de mapeamento, documentação e apoio ao Patrimônio Cultural Imaterial.
- Continuação do projeto Rotas da Alforria, trajetórias da população afro-descendente na Região de Cachoeira/BA.

**Patrimônio Material:**

- Realização de 77 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 37 Municípios do país, em sua grande maioria, obras emergenciais.
- Obras emergenciais no Convento Nossa Senhora D'Ajuda, Porto Seguro/BA.
- Ação emergencial de prevenção de incêndio no conjunto arquitetônico em Antônio Prado/RS.
- Sinalização turística do Casario do Porto, Corumbá/MS (área tombada e entorno do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico).
- Elaboração de normas e procedimentos de fiscalização aduaneira de bens culturais, Rio de Janeiro/RJ.
- Atualização e ampliação do sistema de informações automatizado relativo ao banco de dados do processo de tombamento.
- Organização parcial dos processos de tombamento, com dossiês de estudos.
- Catalogação de critérios de intervenção nos sítios tombados de Mariana/MG, São Luís/MA e Sobral/CE.
- Inventário parcial de normas de preservação dos sítios urbanos tombados.

**Promoção do Patrimônio Cultural:**

- Concessão de 100 bolsas para capacitação de artífices, pelo Programa de Oficinas-Escola, em parceria com o Governo Espanhol, e montagem do projeto de instalação de mais uma oficina no Estado do Maranhão.
- Produção de 5 edições da Revista Eletrônica do IPHAN.
- Concessão do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em 7 categorias de premiação.
- Realização do Encontro Nacional de Educação Patrimonial, com 210 inscritos, que promoveu, no IPHAN, a prática das orientações da Reunião Técnica de Educação Patrimonial, visando a implantar a diretriz nacional para a área.
- Especialização em patrimônio, com parceria entre o IPHAN e a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e concessão de bolsas de estudos para profissionais recém-formados em diversas áreas, visando à sua inserção no campo da preservação cultural.

- Edição do Relatório de Atividades do IPHAN e da Revista do Patrimônio, números 31 e 32.
- Identificação, inventário e diagnóstico no Médio Amazonas e Alto Solimões/AM, no entorno do Parque Nacional da Serra da Capivara/PI e no Sítio Joanes, em Marajó/PA.
- Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA).

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Embora a carência de pessoal e precária infra-estrutura da Instituição criem certa dificuldade para que sua atuação vá além das ações emergenciais de recuperação do patrimônio em risco, o IPHAN realiza ações educativas para a recuperação e a valorização da auto-estima das populações que habitam os centros históricos.

As ações desenvolvidas pelo programa buscaram reverter o quadro de degradação dos bens que integram o patrimônio histórico-cultural, particularmente, igrejas, monumentos, acervos e a complexidade do patrimônio imaterial.

A liberação de recursos, em sua maioria no segundo semestre, prejudicou o planejamento realizado pelo IPHAN, quanto ao desenvolvimento de projetos de inventário, preservação, identificação, registro, promoção de eventos, etc.

O valor inscrito em restos a pagar ficou em torno de R\$ 18,4 milhões, o que se justifica pelo descontingenciamento, que só ocorreu ao final do exercício.

Embora algumas ações não tenham sido executadas satisfatoriamente, a maioria superou as previsões iniciais para o exercício, alcançando uma média de 90% das metas físicas, que, a julgar pela precária estrutura física e de pessoal da Instituição, é considerado um bom resultado. É necessário o desenvolvimento de novas parcerias com agentes públicos e privados com potencial para investimentos em patrimônio cultural.

As alterações feitas pelo Congresso Nacional não prejudicaram a execução do Plano de Ação do IPHAN, embora a dotação final autorizada tenha sido insuficiente para atender a todas as demandas existentes.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Ainda não há sistema informatizado, que possibilite um melhor monitoramento das ações, o que se faz por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), de aplicativo gerencial, por meio eletrônico, telefone, memorando e planilha eletrônica de acompanhamento da execução orçamentária e financeira disponibilizada na intranet.

As atribuições de fiscalização estão seriamente prejudicadas, uma vez que requerem recursos humanos suficientes e com qualificação profissional. Cabe ressaltar que apenas os funcionários dos quadros do IPHAN podem exercer legalmente a fiscalização do patrimônio. Dessa forma, são frequentes as depredações, os roubos, as demolições ilegais, entre outros danos causados ao patrimônio nacional.

Para provimento de recursos humanos, realizou-se concurso público, que não foi suficiente para suprir as reais necessidades da Instituição.

O IPHAN passa por problemas relacionados ao seu orçamento, tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições. As deficiências são inúmeras, em especial ligadas à infra-estrutura logística, como, por exemplo, a inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades, a insuficiência de veículos adequados para realização das ações de Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais em Área Urbana e Rural, a deficiência de equipamentos de informática e de mobiliário, entre outras.

A infra-estrutura não corresponde às demandas rotineiras e emergenciais necessárias para o cumprimento da missão institucional do IPHAN.

Trabalhar em espaço inadequado, com equipamentos obsoletos, e, ainda, com carência de mobiliário, impõe uma sobrecarga ao corpo técnico disponível para viabilizar as ações. Os servidores da Instituição convivem com condições insalubres de trabalho, instalações precárias e falta de espaço.

É necessário promover melhorias nos equipamentos de informática (desktop e servidores), nas instalações elétricas e telefônicas, bem como adquirir móveis. A inexistência de plano de cargos e salários inviabiliza a manutenção de corpo técnico compatível com a crescente demanda das ações do programa.

O IPHAN acompanha regularmente a execução dos projetos por intermédio de suas superintendências regionais.

A falta de um interlocutor institucional que atue junto aos outros ministérios dificulta o monitoramento das ações executadas fora do âmbito do IPHAN. Os Ministérios da Defesa e das Minas e Energia atuam em projetos vinculados à preservação de bens imóveis, de acervos e de monitoramento de depósitos fossilíferos, cujas ações não são monitoradas pela Instituição.

A Fundação Biblioteca Nacional, a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a Casa de Rui Barbosa possuem ações de preservação de acervos culturais, identificação e inventários, que apresentaram desempenho conforme o previsto.

Os parceiros não-governamentais, com os quais se desenvolvem ações do programa, desempenham as metas e respectivas prestações de contas de forma competente, entretanto, não há instrumentos técnicos e jurídicos que agilizem a consecução de parcerias com o terceiro setor.

A atuação da unidade ocorre, primordialmente, por intermédio de ações emergenciais, e não há como implementar uma política permanente de recuperação e de preservação patrimonial com o atual orçamento.

O risco de perdas e danos irreparáveis ao patrimônio histórico do país é uma realidade concreta, que decorre, basicamente, das precárias condições do IPHAN.

O programa necessita, também, de mecanismos de avaliação de suas ações, visto que os relatórios institucionais nem sempre retratam a abrangência desses resultados, uma vez que os indicadores são inadequados para mensurá-los qualitativamente.

Inexiste um sistema de avaliação da satisfação dos beneficiários de suas ações e os custos para implementação de métodos científicos que atuem junto à clientela do programa são altíssimos, porém não há disponibilidade de recursos para isso. Além disso, mensurar o resultado das diversas ações do programa junto à sociedade exige que o número de entrevistados seja considerável, de forma a dar maior confiabilidade à pesquisa.

### RECOMENDAÇÕES

- Criar indicador próprio para mensurar os bens imóveis sob proteção.
- Desenvolver novas parcerias com agentes públicos e privados que possuam potencial e recursos necessários para investimentos em patrimônio cultural.
- Dotar a Instituição de infra-estrutura necessária para o atendimento das demandas rotineiras e das emergenciais necessárias para o cumprimento da sua missão institucional.
- Criar parcerias com instituições públicas e privadas específicas para a proteção e resguardo de acervos culturais, sujeitos a depredações, roubos, demolições ilegais, dentre outros danos irreparáveis.
- Desenvolver e gerir políticas com os demais Ministérios, visando a incluir a preservação no planejamento das ações de Governo, prevendo destinação orçamentária, de forma a evitar desgastes previsíveis, quando da implantação de projetos de grande porte que impliquem em impacto ambiental.
- Promover treinamentos específicos para Estados e Municípios, constitucionalmente co-responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.
- Analisar os recursos e gestão do programa, visto que o aporte de parcerias privadas é uma forma de implementação que promove melhorias na execução.

## BRASIL, SOM E IMAGEM

### OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 56.628.155,00	Empenho Liquidado: R\$ 51.939.550,00 Pago estatais: - Total: R\$ 51.939.550,00
<b>Previsto não orçamentário</b> R\$ 15.000.000,00	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO MERCADO CINEMATOGRAFICO DO BRASIL

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 12,5 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 35

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice alcançado reflete um distanciamento do índice de referência e da meta almejada para 2007. Tal situação somente poderá ser revertida com a regulamentação imediata do mercado nacional e a ampliação do parque exibidor, permitindo a ampliação do acesso do público ao conteúdo nacional.

#### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PRODUÇÃO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS E VIDEOFONOGRAFICAS

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** 93 em 2003

**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

A apuração de dados está em conclusão.

### 3. RELAÇÃO PÚBLICO X NÚMERO DE CÓPIAS LANÇADAS DE FILME NACIONAL

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** 5.548 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Não há histórico que permita a avaliação do número de espectadores por cópia de filme nacional lançado. Infere-se, no entanto, que 5.548 espectadores por cópia não é um bom resultado. Percebe-se, ainda, que um filme lançado com menor quantidade de cópias também teve um investimento reduzido em outros elementos do seu lançamento como, por exemplo, mídia.

### 4. TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DO FILME BRASILEIRO PARA EXIBIÇÃO NO MERCADO NACIONAL

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

A apuração de dados está em conclusão.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O setor audiovisual tem um papel estratégico no processo produtivo mundial, interagindo com outros setores produtivos, apresentando-se como propício à geração de emprego e renda e à construção de padrões de consumo e comportamento.

O setor é uma forma de expressão de identidades culturais e um dos campos sensíveis da sociedade contemporânea, pois lida diretamente com a disseminação de valores, crenças e ideologias e com a difusão de informações e fontes de lazer, transformando-se em dinamizador privilegiado da construção positiva da soberania nacional e cidadania, bem como de uma articulação dialógica entre as esferas públicas e privadas. Ademais, a cadeia produtiva do audiovisual mostra-se capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade de vários ramos industriais envolvidos no processo global.

Tendo em vista a baixa visibilidade do cinema brasileiro no mercado, a qualificação do conjunto da produção e a relação sala/espectadores, bem como a indefinição de uma política clara dotada de instrumentos regulatórios capazes de introduzir novas dinâmicas no mercado cinematográfico, o setor permanece oligopolista, o que dificulta o alcance do público.

Os mecanismos de distribuição/exibição das obras audiovisuais atendem aos interesses do capital transnacional, com implicações significativas no processo de imposição de valores e de dominação cultural.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio a 139 Projetos Cinematográficos e Audiovisuais.
- Realização de 19 Eventos de Intercâmbios Audiovisuais.
- Outorga de 25.403 Certificados de Exploração Comercial de Obras.
- Fiscalização de 2.743 atividades integrantes da Indústria Cinematográfica e Videofonográfica.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A insuficiência orçamentária restringe a execução do programa, obrigando, no decorrer do processo de execução, o ajuste das ações previstas.

Os indicadores previstos para o programa são insuficientes para medir os efeitos do conjunto das ações, mas eficientes na medição do Fomento à Produção à Audiovisual.

O mercado cultural é carente de estudos estatísticos mais gerais que possibilitem políticas de avaliação eficientes.

A Secretaria do Audiovisual (SAV) conduz uma discussão, que prevê uma série de propostas capazes de viabilizar mecanismos de sustentabilidade do setor audiovisual brasileiro. Um de seus pontos centrais é a possibilidade de criação de um Fundo de Apoio à Produção, com o objetivo de ampliar os recursos utilizados para fomento do setor, cujo desenvolvimento é prejudicado pelo orçamento disponibilizado.

Como a ampliação das metas físicas de algumas ações também depende da disponibilidade orçamentária, há necessidade de revisão do orçamento.

A irregularidade do fluxo de recursos inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, além de prejudicar sobremaneira a articulação de parcerias institucionais que potencializem os programas.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Como a SAV está localizada em instalações provisórias, em função do projeto de restauração das instalações da sede do Ministério da Cultura, a análise referente à infra-estrutura sofre prejuízo.

O quadro de pessoal do MinC não atende à demanda da sociedade em termos quantitativos e qualitativos. Essa situação gerou a necessidade de contratar profissionais terceirizados, que também não apresentam a qualidade técnica exigida para o atendimento da demanda do mercado cultural.

O Programa de Apoio à Exportação do Conteúdo Audiovisual de TV, desenvolvido em parceria com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), teve um desempenho positivo, gerando ampliação, a partir de 2006, ao trabalhar com o produto cinematográfico.

As ações desenvolvidas com parcerias não-governamentais também apresentam resultados bastante positivos. Dois projetos centrais da SAV, o “DOCTV” e o “Revelando os Brasis”, potencializaram a capilaridade das ações.

A SAV possui um conselho consultivo, com reuniões semestrais, em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas. Além disso, a Secretaria possui o Conselho Superior de Cinema, instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC.

A avaliação da satisfação dos beneficiários é realizada pelo Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes apresentam as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade.

### RECOMENDAÇÕES

- É necessária a contemplação das ações executadas pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) no Relatório de Avaliação.
- Os atuais indicadores são suficientes para mensurar a difusão das obras.
- Caso o Fundo de Apoio à Produção Audiovisual seja criado, será preciso agregar recursos ao orçamento.
- A discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor deve ser esclarecida, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.
- Concursos públicos devem ser realizados para dotar o programa de recursos humanos suficientes, com capacidade executiva e qualidade técnica exigida para atender à demanda do mercado cultural.
- Como o contingenciamento é estabelecido para o Órgão Setorial e não para os programas, cabe o gerenciamento interno do limite disponibilizado, conforme suas prioridades.
- Apesar da limitação, foram empenhados 91,7% dos recursos previstos para o programa. Quanto à ação “Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais”, o problema pode ter sido de dimensionamento da dotação em relação às metas previstas, e não de contingenciamento, pois foram empenhados 98,8% dos recursos previstos para a ação.

## CULTURA AFRO-BRASILEIRA

### OBJETIVO

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 16.047.883,00	Empenho Liquidado: R\$ 9.385.517,00 Pago estatais: - Total: R\$ 9.385.517,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO-CULTURAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 1,4 em 2002  
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,9

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Este indicador não condiz com a especificidade das ações do programa e, por isso, é necessário revisá-lo adequadamente.

#### 2. NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES E BENS DE NATUREZA MATERIAL E IMATERIAL REGISTRADOS

**Unidade de medida:** Unidade  
**Último índice apurado:** -  
**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador não foi apurado. Há necessidade de revisá-lo, tendo em vista o cruzamento com registro de bens materiais e imateriais. Foi feito levantamento, em 2005, pelo Ministério da Cultura (MinC), de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas não foi obtido o resultado esperado.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os problemas enfrentados pela cultura afro-brasileira dizem respeito à sua invisibilidade nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública, o que resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura brasileira. A isso soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação.

Elemento de fortalecimento dessa cultura é o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso aos acervos históricos, museológicos e culturais, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana.

Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atuação para a preservação da cultura afro-brasileira, por meio do apoio a 248 projetos criados por comunidades negras em linguagens diversas, como teatro, artesanato, cinema, capoeira, música, artes plásticas e literatura.
- Elaboração de diagnóstico sociocultural das comunidades quilombolas, definindo políticas públicas específicas.
- Emissão de certidão de auto-reconhecimento da condição social e étnica para 317 comunidades remanescentes de quilombos.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução das ações ocorre por meio de transferência de recursos (aproximadamente 60%), o que imprime ao programa condição desejável para o estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, que possibilitaram o alcance das metas físicas, superior ao estabelecido. Ressalta-se que as parcerias da Fundação Cultural Palmares (FCP) impulsionaram regionalmente o programa, principalmente na efetivação da descentralização.

A liberação total de recursos oriundos de emendas individuais, também colaborou para o desempenho do programa. Foi obtido acréscimo de 45% no limite orçamento/financeiro, com a transferência de recursos por meio de destaques do MinC, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que permitiu abranger mais regiões do País e maior público.

Quanto às restrições, o quadro técnico da FCP é muito reduzido e não é específico para o perfil da instituição, pois são oriundos de outros órgãos. Foi estimulada a participação em cursos e seminários, visando à qualificação e à atualização, mas ainda é necessária a contratação de pesquisadores, advogados, antropólogos, sociólogos, bibliotecárias, produtor cultural, programador de informática e administradores com formação em cultura/patrimônio afro-brasileiro e em gestão

pública. Será realizado concurso em 2006, mas para preenchimento de apenas 12 vagas de nível superior na FCP, número insuficiente para impulsionar o desempenho do programa.

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), referente às comunidades quilombolas, as ações “Apoio à Capacitação de professores de Ensino Fundamental, Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático, e Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar” não avançaram, pois o gerenciamento conjunto não funcionou. Ocorre uma relação muito fragmentada da área de competência do MEC junto à FCP, e não há relação de gestão quando solicitadas informações.

Apesar dos entraves relatados, os resultados do programa ficaram conforme o previsto.

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Plano Interno (PI) é utilizado como instrumento de acompanhamento das execuções, de avaliação mensal dos resultados, a partir dos relatórios de ações mensais elaborados pelo MinC, e de reuniões com os responsáveis pelas ações para apresentação da análise e correção da execução quando possível. Além disso, é realizado o monitoramento por meio do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPLAN), a elaboração periódica de relatórios das ações executadas e a utilização de planilha de acompanhamento físico/financeiro diário.

O programa ainda não dispõe de um instrumento de avaliação, porém a receptividade faz com que as manifestações de críticas sejam diretas, por meio de cartas, avaliações públicas, telefonemas e e-mail.

Em situações de violência às terras dos quilombolas, são promovidas audiências públicas em parceria com outros ministérios, Poder Judiciário e sociedade civil.

O Conselho Curador da FCP, composto  $\frac{2}{3}$  pela sociedade civil e  $\frac{1}{3}$  por representação do Governo Federal, colabora na correção do curso da gestão, bem como aproxima e democratiza a gestão pública da sociedade civil.

### **RECOMENDAÇÕES**

- É necessária a revisão dos indicadores à luz das atividades que os compõem, das modificações ocorridas a partir do Decreto 4.887/03, das atribuições da SEPPIR e da transversalidade inerente ao tema, conforme as recomendações da Revisão 2005.
- Solicita-se esclarecimento quanto à discrepância entre valores previstos e realizados das metas físicas das ações de benefícios ao servidor, visto que provoca significativas alterações nos custos médios por servidor.

## CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

### OBJETIVO

Ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas do usufruto de bens culturais aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

### PÚBLICO-ALVO

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores e estudantes da educação básica, militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços culturais.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 67.845.311,00	Empenho Liquidado: R\$ 53.822.385,00 Pago estatais: - Total: R\$ 53.822.385,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. COEFICIENTE DE ACESSO DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA A BENS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO

Unidade de medida: 1/1.000

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 20

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador apresenta uma insuperável restrição para sua utilização devido à sua baixa aplicabilidade, pois o Ministério da Cultura (MinC) não possui a capilaridade necessária à captação dos dados referentes às variáveis envolvidas, nem a capacidade operacional requerida para gerá-los de forma consistente e sustentável.

#### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PROMOÇÃO DE BENS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO

Unidade de medida: Percentual

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O indicador não produz resultados que permitam observar em que medida os objetivos do programa estão sendo alcançados.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A produção cultural brasileira apresenta-se concentrada e desigualmente distribuída no espaço regional. Na periferia dos grandes Municípios e cidades do interior e nas favelas das grandes cidades, verifica-se ausência de opções de cultura e lazer, quer do ponto de vista da produção, quer do acesso aos bens culturais e de entretenimento, incentivando a desagregação social.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Instalação de 442 Espaços Culturais.
- Capacitação de 6.310 pessoas.

A instalação de Espaços Culturais revelou-se acima do esperado se consideradas as restrições de ordem financeira enfrentadas pelo programa no decorrer do exercício. Tais restrições limitaram a meta, definida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2006, a 430 espaços culturais instalados. Contudo, devido à progressiva estabilização do fluxo financeiro e ao esforço conjunto de diversas áreas do MinC para viabilizar os convênios, foi possível instalar, ao final do período, um número de espaços culturais maior que o previsto.

A capacitação revelou-se acima do esperado, principalmente, devido à mudança de público-alvo, que passou a englobar não apenas indivíduos voltados para a capacitação profissionalizante, mas todas as pessoas envolvidas com as atividades dos Pontos de Cultura e dispostas a participar de ações de capacitação, de caráter mais abrangente em linguagens artísticas, por meio de oficinas e pequenos cursos.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

O programa sofreu forte contingenciamento de recursos no decorrer do exercício, o que impediu que os convênios, necessários à instalação e modernização de Pontos de Cultura, fossem realizados no cronograma inicialmente previsto. Cabe ressaltar que 43,5% do total de recursos empenhados para execução do programa foram liberados somente na segunda quinzena de dezembro. Para a ação “Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura”, por exemplo, cerca de 44,5% foram liberados em dezembro. Mesmo com os esforços da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) e dos demais setores do MinC responsáveis pelo processo de convênios, não foi possível firmar um número significativo de convênios em tempo tão exíguo.

O programa enfrentou dificuldades para celebrar contrato com a Associação Latino-Americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), o que atrasou o início das atividades de pesquisa e avaliação da implantação e resultado do programa, realizadas pela Associação.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A SPPC, à qual o programa está ligado, vem construindo indicadores para avaliação do desempenho, considerando informações sobre as condições sociais dos usuários dos Pontos de Cultura, as possibilidades de acesso a equipamentos culturais e a capacidade de gestão dos Pontos de Cultura. Para isso, foi elaborado e distribuído um questionário com cerca de 30 perguntas, objetivas e subjetivas, para os primeiros 86 Pontos de Cultura, conveniados entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, visando a coletar alguns dados que serão objeto de monitoramento e avaliação, a fim de promover o acompanhamento dos resultados de sua implantação.

Apesar do esforço de participação das entidades, muitas deixaram questões com respostas incompletas ou incorreram em contradições entre uma resposta e outra, o que revelou a necessidade da aplicação de questionários e o acompanhamento efetivo dos projetos in loco. Entretanto, o MinC não apresenta condições técnicas nem a capilaridade necessária para visitar todos os Pontos de Cultura, que hoje já abrangem cerca de 220 Municípios distribuídos em todas as regiões do país. Por essa razão, foi contratada instituição que contribuirá para o acompanhamento presencial dos projetos, coletando informações, aplicando questionários e elaborando relatórios com dados quantitativos e qualitativos de cada Ponto de Cultura e também trará contribuição teórica e técnica para o aperfeiçoamento dos indicadores de desempenho e resultado dos projetos.

Por enquanto, com os dados disponíveis, coletados por questionários, foi possível construir uma razoável base de dados, bem como elaborar alguns índices. A Secretaria de Programas, em conjunto com a ALPAC/ LPP/UERJ, está avaliando o programa, com término previsto para 2006.

Quanto às parcerias, o programa desenvolve trabalhos com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Serviço Social da Indústria (SESI), mas todos se encontram em estágios iniciais, não permitindo uma avaliação adequada.

Na execução do programa é conceitualmente constitutiva a noção de gestão compartilhada e transformadora, que se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos Pontos de Cultura, e, futuramente, no Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva. Os representantes da sociedade, nesse momento, contribuem com seu conhecimento da realidade cotidiana das entidades convenentes, enriquecendo o debate das questões em pauta e elevando a qualidade das decisões tomadas nesses fóruns.

Uma pesquisa focalizando os primeiros 86 Pontos de Cultura conveniados, realizada em setembro de 2005, permitiu avaliar o grau de satisfação das entidades em relação ao programa, a partir da qual se constatou que a principal motivação para a sua constituição foi a falta de acesso a bens culturais entre as comunidades que atuam.

A segunda motivação mais apontada foi a necessidade de preservar tradições. A maioria do público-alvo alcançado era constituído por estudantes da rede pública de ensino, seguido de perto por população de baixa renda sem acesso a bens culturais, bem como de adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social.

Os resultados revelam que o foco de atuação do Programa Cultura Viva tende a atingir eminentemente a juventude, especialmente aqueles que habitam em áreas de concentração de pobreza.

A execução do programa contribui para melhorar a oferta de bens culturais nas comunidades em que foi implantado e proporcionar inclusão social por meio da cultura para os jovens que participaram das atividades de capacitação realizadas nas entidades convenentes. Como a expansão do programa tem permitido alcançar um número crescente de comunidades nessas condições, acredita-se que a satisfação dos beneficiários tende a aumentar.

Por outro lado, o trabalho de pesquisa e avaliação, que cobre a totalidade dos Pontos de Cultura, abordará de maneira mais direta a satisfação dos beneficiários do programa, a partir de questionário que contempla questões como: processo de seleção, comunicação com o MinC, liberação de verbas, gestão compartilhada e transformadora do programa e avaliação do Programa Cultura Viva. A análise das respostas propiciará a adoção de medidas visando ao aperfeiçoamento do programa.

## RECOMENDAÇÕES

- Definir o papel dos Pontos Culturais, visto que há pouca clareza com relação à estratégia do programa.
- Incluir a dimensão “outros parceiros” na avaliação contratada à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC) / Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP/ UERJ).
- Elaborar estratégias diferenciadas de acompanhamento e prosseguimento à contratação das instituições que avaliarão o programa.
- Realizar avaliação in loco, de um universo escolhido em nível nacional, para conhecimento efetivo das atividades dos Pontos.
- Por se tratarem de convênios e parcerias é necessária a divulgação da forma de utilização dos recursos e das produções artísticas e culturais resultantes dos incentivos oferecidos pelo programa.
- Esclarecer qual a importância da instalação de Pontos de Cultura no exterior.

## ENGENHO DAS ARTES

### OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 118.526.086,00	Empenho Liquidado: R\$ 75.178.039,00 Pago estatais: - Total: R\$ 75.178.039,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR NÚMERO TOTAL DE ESPETÁCULOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA UNIÃO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas essas prospecções, devido às especificidades do setor cultural, não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício começaram a se vislumbrar soluções, com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

#### 2. NÚMERO DE ESPETÁCULOS APOIADOS POR REGIÃO

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: -

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas essas prospecções, devido às especificidades do setor cultural, não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício começaram a se vislumbrar soluções, com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O desconhecimento das artes e da cultura brasileiras e a desvalorização dos trabalhos produzidos nas diversas regiões do país comprometem a formação crítica, devido ao custo elevado de produção e à escassa receita proveniente da bilheteria. O reduzido número de atividades de formação profissional para as artes dificulta o desenvolvimento de suporte aos espetáculos, como gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação e vestuário, que elevam ainda mais o seu custo.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 1.128 artistas, técnicos, produtores e agentes culturais.
- Realização de eventos para produção e difusão cultural, a saber:
  - 22 Festivais, Encontros e Mostras de Artes Cênicas, Visuais e Música nas diversas regiões do País, atingindo um público de aproximadamente 577 mil pessoas;
  - 4 Mostras de Arte Sem Barreiras, destinadas aos portadores de deficiência, que reuniram 46.700 pessoas e 493 artistas desse segmento social, promovendo apresentação de experiências e processos estéticos para a valorização da percepção e da expressão individual;
  - 98 concertos na Bienal de Música Brasileira Contemporânea, o mais importante evento brasileiro de música erudita, com um público em torno de 5 mil pessoas;
  - 222 eventos espetáculos de artes cênicas e música nos espaços culturais da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), , atingindo um público de aproximadamente 212 mil pessoas;
  - 160 espetáculos musicais apresentados a 87.135 pessoas em 53 cidades de várias regiões do país, por meio do Projeto Pixinguinha, que empregou cerca de 900 pessoas diretamente e 6 mil indiretamente, contribuindo decisivamente para a formação de novas platéias e para a ampliação do mercado para músicos e produtores.
- Rede Nacional de Artes Visuais – Difusão das artes visuais contemporâneas em todo o território nacional por meio de 93 oficinas e cursos, além de palestras e debates, que atenderam a cerca de 4.000 mil participantes e a um público indireto de aproximadamente 270.000 mil pessoas.
- Implementação das Câmaras Setoriais de Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro, colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre o Governo Federal e a sociedade civil no campo das artes. Registra-se que as diretrizes para a

elaboração do Plano Nacional de Cultura, de caráter plurianual, norteador dos investimentos públicos no amplo espaço de atuação cultural do Brasil, será fruto dessas Câmaras.

- Concessão de Prêmios FUNARTE de Estímulo, a saber: 94 prêmios ao circo, 24 à dramaturgia, 24 à arte contemporânea; e 90 prêmios de Teatro e Dança Miriam Muniz e Klauss Vianna.
- Distribuição gratuita de 1.477 instrumentos musicais de sopro para bandas de música e 40 kits de equipamentos de iluminação cênica a teatros públicos e privados de pequeno e médio porte localizados em diversas cidades do país.
- Concessão de 85 Prêmios FUNARTE-Petrobrás de Fomento ao Teatro e a Dança a grupos de teatro, de forma a ampliar o acesso da população brasileira aos meios de produção e à fruição dos bens culturais.
- Apresentação da criação brasileira, em sua dimensão mais diversa e contemporânea, no projeto Ano do Brasil na França-Espaço Brasil, que visou a aproximar a economia e a cultura dos dois países e promoveu a atualização da imagem do Brasil como um centro de representação artística gerador de encantamento e reflexão.
- Presença do Teatro Brasileiro no VI Festival Internacional de Teatro de Tchekhov, na Rússia .

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

A acessibilidade ao bem cultural é premissa básica para todo e qualquer investimento público em cultura. Dessa forma, a atual gestão do MinC prioriza a ampliação do público para as diversas expressões artísticas do país. Entende-se que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da cultura.

Apesar de algumas descontinuidades no fluxo de recursos, o desenvolvimento das ações não foi prejudicado e a instituição buscou patrocínio para complementar suas ações e outros mecanismos sem comprometer o planejamento. Mesmo com a captação de patrocínio, os recursos são insuficientes para a execução das atividades e os destaques orçamentários são fundamentais para o cumprimento das metas.

Como restrição à elaboração dos projetos básicos de licitações, editais e contratos, nota-se que os objetos culturais são complexos e específicos.

É necessário o desenvolvimento de um sistema de monitoramento que permita diálogo e troca de informações instantâneas para tornar eficiente e eficaz a gestão do programa no tocante à execução física.

Por sua vez, os recursos humanos destinados à execução do programa encontram-se em seu nível mínimo necessário para a manutenção das atividades essenciais de cada órgão, comprometendo a qualidade das informações provenientes dessas unidades. A qualificação nas unidades descentralizadas, de uma maneira geral, é muita baixa.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A concepção do modelo de gestão por programas e a criação da figura do gerente de programas resultou em um aumento significativo de demandas e atribuições inerentes à equipe de planejamento e orçamento, que não sofreu alteração significativa em termos quantitativos.

A atual gestão firmou o diálogo com a sociedade e promoveu audiências públicas no Congresso Nacional. Foram criadas as Câmaras Setoriais, das quais sairão as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC).

O programa se propõe a atenuar as desigualdades sociais e visa à inclusão cultural, ao acesso do grande público às diferentes manifestações culturais e ao fomento à produção cultural do país.

A participação social contribui para que se detectem mais eficientemente os problemas da cadeia produtiva e para que se possam traçar políticas públicas de desenvolvimento do setor.

Trabalha-se com transparência na aplicação dos recursos, a partir de editais públicos, bem como diálogos com a sociedade e com os segmentos atendidos pelo programa.

Cabe, entretanto, uma discussão pormenorizada sobre o excesso de regulação do Estado, visto que regras e regulamentos são necessários, mas é preciso respeitar as especificidades. A cultura não é medida somente a partir de parâmetros concretos, mas estabelece elos com a imaginação, a criatividade e o inconsciente coletivo.

## RECOMENDAÇÕES

- Buscar parcerias, com organismos da iniciativa privada, para os principais projetos.

## GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA

### OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura.

### PÚBLICO-ALVO

Governo.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 58.000.515,00	Empenho Liquidado: R\$ 53.540.214,00 Pago estatais: - Total: R\$ 53.540.214,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A nova forma de atuação do Estado requer que as atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais assumam especial relevância na formulação, na avaliação, no reordenamento e no controle dos programas finalísticos.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização de 436 eventos culturais, envolvendo aproximadamente 2.129 artistas e palestrantes brasileiros, em 24 exposições, 864 espetáculos, 1.298 exibições de audiovisual e 83 eventos literários, realizados em 161 cidades francesas no Ano Brasil na França.
- Implantação do Sistema Nacional de Cultura, configurando iniciativa para a interação institucional entre o Governo Federal/MinC e os Estados e Municípios. Os recursos alocados na ação correspondente foram aplicados na realização de reuniões nos Estados, com vistas à assinatura de Protocolos de Intenções destinados a criar as condições institucionais para a implantação do Sistema, mediante a criação de órgãos/unidades e municipais de cultura e de condições orçamentárias, organização de conferências e planos municipais ou intermunicipais de cultura, entre outras medidas.

- Realização dos Seminários Setoriais de Cultura, de caráter macrorregional, organizados pelo MinC, sem vínculo com as conferências municipais e estaduais. Os esforços foram bem sucedidos, com vistas à implantação do Sistema Nacional de Cultura e à realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, como etapa imprescindível de formulação do Plano Nacional de Cultura, que, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 48, passou a ser o instrumento estratégico de estruturação e consolidação das políticas públicas da cultura no longo prazo.

Os benefícios da promoção da indústria cultural são confirmados quando experiências como o Ano Brasil na França trazem resultados positivos para o país. Segundo informações do Comissariado Brasileiro, um público aproximado de 15 milhões de pessoas, entre franceses e turistas, acompanharam os eventos. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) estima em US\$ 450 milhões o valor em produtos brasileiros importados pela França apenas durante o evento e calcula-se crescimento de 17% nas transações comerciais entre os dois países, que alcançaram valores globais de US\$ 5 bilhões no ano. Os investimentos franceses no Brasil chegaram a US\$ 1,5 bilhão em 2005, fazendo da França o quarto maior investidor no país. Os benefícios da promoção da indústria cultural são confirmados quando experiências como o Ano Brasil na França trazem resultados positivos para o país. Segundo informações do Comissariado Brasileiro, um público aproximado de 15 milhões de pessoas, entre franceses e turistas, acompanharam os eventos. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) estima em US\$ 450 milhões o valor em produtos brasileiros importados pela França apenas durante o evento e calcula-se crescimento de 17% nas transações comerciais entre os dois países, que alcançaram valores globais de US\$ 5 bilhões no ano. Os investimentos franceses no Brasil chegaram a US\$ 1,5 bilhão em 2005, fazendo da França o quarto maior investidor no país.

### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Não há inadequação da concepção atual do programa, no entanto, é importante uma reflexão acerca da sua contribuição para a implementação de políticas públicas na área de cultura.

O programa de gestão deve promover a integração entre as áreas e a conseqüente otimização de recursos e infra-estrutura física e de pessoal.

No aspecto orçamentário, o MinC foi um dos órgãos da União com maior percentual de execução, considerando-se, em termos gerais, que as metas físicas e financeiras foram realizadas dentro das previsões da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em relação aos limites para movimentação e empenho liberados, a execução foi excelente, pois atingiu aproximadamente 99%. Entretanto, algumas iniciativas poderiam ter tido maior alcance, como no caso da implementação do Sistema Nacional de Cultura, cujas realizações mais importantes necessitaram de mais verbas para ampliar sua abrangência em todo o território nacional. Os limites para movimentação e empenho foram liberados em maior volume apenas no transcórre do segundo semestre, dificultando o trabalho de algumas áreas do MinC, o que, apesar de não ter prejudicado o andamento do programa, causou certa insegurança quanto à efetiva realização de algumas iniciativas no exercício de 2005. Os recursos decorrentes da atuação do Congresso Nacional por meio de créditos adicionais aportaram ao programa R\$ 22,1 milhões.

A permanente qualificação de servidores do MinC apresenta resultados positivos em diversas áreas. Mesmo assim, a insuficiência de pessoal detectada não poderá ser superada apenas por intermédio de treinamento de suas equipes. Há muito tempo se demanda a realização de concurso público para contratação de servidores para diversas áreas de atuação.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Por tratar-se de um programa que tem como principais beneficiários o próprio órgão e o governo federal, deve-se destacar a importância de algumas de suas ações, como o Ano Brasil na França, tanto para a imagem do país no exterior quanto para a abertura de novos mercados internacionais. As iniciativas decorrentes dos esforços para implementação do Sistema Nacional de Cultura configuram-se valioso instrumento de construção de políticas públicas duradouras para os diferentes segmentos da cultura brasileira.

A interlocução com a sociedade, decorrente dos esforços do Sistema Nacional de Cultura, é uma conquista recente da administração governamental no que diz respeito à construção de políticas públicas que tenham por base o envolvimento social e a consulta permanente aos setores mais representativos da comunidade cultural brasileira.

A realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura pode ser considerada um marco histórico do envolvimento da sociedade brasileira nas grandes questões culturais do país, particularmente no que diz respeito à construção de políticas setoriais duradouras para a área cultural e a democratização do acesso do cidadão aos benefícios decorrentes dos programas do MinC.

O envolvimento de Municípios, Estados e representantes de diversos segmentos culturais do país tem acontecido de modo quase permanente, facilitando o acesso da sociedade aos benefícios da ação pública em favor da cultura brasileira. São exemplos, ainda, a criação das Câmaras Setoriais, que também têm por objetivo o fortalecimento do debate social que resultará em políticas claras e duradouras para o setor cultural e já envolvem segmentos expressivos, como música, teatro, circo, livro e leitura, dança e artes visuais. Observa-se, contudo, que a comunidade artística brasileira encontra-se motivada para participar ativamente das Câmaras Setoriais e do Sistema Nacional de Cultura, em razão dos canais abertos pelo órgão para recepcionar demandas, propostas e soluções para aperfeiçoamento das diretrizes e ações a cargo da pasta.

O ano de 2005 marcou-se pelo fortalecimento tecnológico das unidades vinculadas.

O sistema de comunicação interna desenvolvido pela atual gestão tem possibilitado o envolvimento da administração central do órgão com suas unidades vinculadas e secretarias, seus gerentes e coordenadores de ação.

## RECOMENDAÇÕES

- Discutir o conjunto de ações do programa, considerando a temática de economias da cultura e de maneira a evitar superposição com outros programas do MinC.

## IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL

### OBJETIVO

Garantir que os grupos e redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

### PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 4.942.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 4.411.494,00 Pago estatais: - Total: R\$ 4.411.494,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA MAPEADAS

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** -

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas, devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício, começaram a se vislumbrar soluções com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

## 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE BRASILEIRA MAPEADAS

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** -

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O MinC reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Nesse sentido, promoveu levantamentos em 2005 em busca de profissionais que pudessem contribuir para a construção ou aperfeiçoamento dos indicadores de seus programas, mas, devido às especificidades do setor cultural, essas prospecções não tiveram os resultados esperados. Apenas ao final do exercício, começaram a se vislumbrar soluções com o apoio de profissionais do IBGE, parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

A diversidade cultural brasileira é riqueza que, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. O conjunto de traços distintivos espirituais, materiais e intelectuais que caracterizam uma sociedade e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, caracterizaria o que se conhece por identidade cultural, enquanto a diversidade cultural se referiria à multiplicidade de culturas ou identidades culturais. Processos que promovem a homogeneidade da cultura, tais como efeitos da globalização ou das indústrias culturais e determinados processos educacionais formadores da identidade nacional moderna são fatores que ameaçam a manutenção e desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, deve também levar em conta as diferentes expressões locais ou regionais, expressões ainda não completamente reconhecidas e valorizadas.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Lançamento do Livro “Seminário Nacional das Culturas Populares”.
- Edição e lançamento do Livro “Seminário Diversidade Cultural Brasileira”.
- Publicação do Edital “Fomento às Expressões das Culturas Populares”, tendo sido registradas 640 adesões (projetos enviados de todo o Brasil), tendo sido conveniados 44 projetos em 23 Estados.
- Publicação do Edital “Fomento às Expressões Culturais Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais (GLTB)”, que recebeu em resposta 52 projetos de 24 Estados, dos quais foram aprovados pela comissão julgadora 28 em 17 Estados.
- Realização de 4 oficinas de capacitação de gestores de grupos e redes culturais.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Para alcançar os objetivos do programa, foram criados grupos de trabalho temáticos, a saber: GT GLTB, GT Indígena e GT Culturas Populares. No âmbito dos grupos foram formuladas propostas para a criação de políticas públicas, colaborações na elaboração de editais, na execução de oficinas de capacitação e disponibilização de redes.

É importante destacar algumas dificuldades como a especificidade do público-alvo, que abrange culturas populares, gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e indígenas, pois não existe uma estatística oficial de referência para mensuração, de modo que a quantificação a ser considerada para o desenho de políticas passa a ser relativa.

A estratégia da implementação das ações consistiu de seminários que qualificaram e deram subsídios à criação de editais destinados ao fomento de atividades culturais produzidas por comunidades que nunca tinham sido atendidas.

No campo orçamentário/financeiro ocorreram algumas restrições, como no caso das culturas populares, em que menos de 10% dos projetos de baixo orçamento inscritos foram atendidos (42 de um total de 640 projetos). Os recursos orçamentários foram insuficientes para atender ao número de pessoas e comunidades que o programa pretende atingir.

A descontinuidade no fluxo também prejudicou a execução do programa, que engloba ações que contemplam sazonalidades às vezes incompatíveis com os processos burocráticos. O atraso na liberação dos recursos prejudicou o planejamento e o calendário proposto para implementação das ações, além da expectativa gerada no público-alvo. A carência de especialistas para dar pareceres sobre os projetos apresentados pela sociedade dificultou a atenção das demandas.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em fevereiro de 2005, apontou a necessidade de criação de editais de fomento para segmentos das culturas populares. Os editais de contemplaram várias manifestações por meio de projetos de preservação, oficinas para transmissão de conhecimentos, confecção de indumentárias, fomento a festas e encontros, mapeamento e gravação de CDs. A maioria dos grupos nunca tinha sido contemplada com recursos federais.

Foram realizadas oficinas com o objetivo de esclarecer os mecanismos do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC) e ajudar na formatação de projetos, preenchimento de formulários e tramitação de processos. Essas oficinas contribuíram para a formação de multiplicadores, por atenderem a um segmento da sociedade que carece de formação para apropriação dos mecanismos de fomento e melhoraram a qualidade dos projetos apresentados para a obtenção de subsídios da Lei Rouanet e dos que foram captados pelo Edital das Culturas Populares.

O seminário realizado em 2004, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com a participação de vários pensadores, professores, gestores, artistas e do representante indígena, serviu de base para o aporte do Brasil na Convenção Sobre a Proteção e Promoção

da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

É importante registrar que o livro do Seminário Nacional de Políticas Públicas das Culturas Populares foi distribuído a todos os delegados participantes e enviado às secretarias municipais e estaduais, além de fundações, institutos, associações privadas de cultura, tornando-se um material de estímulo à criação de políticas e fóruns de discussão por todo o país. A capacitação permitiu dotar de instrumentos os multiplicadores que transmitirão o conhecimento necessário ao acesso aos mecanismos de fomento à cultura.

Cabe ressaltar que o programa contemplou, pela primeira vez, diversas camadas da população que não possuem qualquer tipo de organização. O movimento GLTB, mais organizado, nunca tinha obtido a atenção do Ministério como um segmento cultural e parte da diversidade.

## RECOMENDAÇÕES

- Em 2005, apenas duas ações do programa tiveram recursos alocados: “Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira” e “Gestão de Administração do Programa”. Sugere-se migrar a ação “Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira” para o programa “Engenho das Artes” ou outro que se inclua no escopo de programas do MinC.

## LIVRO ABERTO

### OBJETIVO

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 43.787.368,00	Empenho Liquidado: R\$ 33.407.758,00 Pago estatais: - Total: R\$ 33.407.758,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. COEFICIENTE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** 23 em 2002

**Índice previsto ao final do PPA:** 32

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Está em estudo uma metodologia de apuração e a definição de fonte de dados para este indicador.

#### 2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 84 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 100

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

De acordo com informações da base de dados cadastrais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), houve a implantação de 400 bibliotecas em 2005. Existem 4.644 Municípios com bibliotecas, o que representa 84% dos Municípios do País.

### 3. ÍNDICE NACIONAL DE LEITURA

**Unidade de medida:** Percentual

**Último índice apurado:** -

**Índice previsto ao final do PPA:** 2

#### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

Está em estudo uma metodologia de apuração e a definição de fonte de dados para este indicador.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe hoje, no Brasil, uma grande carência no acesso aos benefícios sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar, privando principalmente a população de baixa renda, que além de não ter acesso à aquisição de livros, enfrenta a escassez de bibliotecas públicas, geralmente concentradas nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais e raras nas periferias ou nas áreas rurais.

Há, também, a necessidade de capacitação dos profissionais voltados para o desenvolvimento de atividades culturais na área do livro e da leitura e de suporte às bibliotecas públicas no que tange à sua organização e implementação de técnicas, ações e políticas de fortalecimento e modernização dos serviços ofertados.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

#### **Acesso às Bibliotecas Públicas**

- Instalação, em 400 bibliotecas públicas, de kit composto por livros, mobiliários, equipamentos de imagem e som e equipamentos de informática.
- Atendimento a 400 mil usuários na Biblioteca Nacional (BN), na Biblioteca Demonstrativa de Brasília, na Biblioteca Euclides da Cunha e na Casa da Leitura.
- Assessoria técnica a 154 bibliotecas públicas nas 5 regiões do país.

#### **Capacitação e Formação**

- Capacitação de 394 profissionais da área do livro e da leitura por meio de seminários, cursos e encontros de bibliotecas públicas estaduais.

#### **Difusão do conhecimento**

- Concessão do Prêmio Luís de Camões, instituído pelos governos de Brasil e Portugal, à escritora Lygia Fagundes Teles.
- Concessão do Prêmio FBN, distribuído em 7 categorias: romance, contos, poesia, ensaio literário, ensaio social, projeto gráfico e tradução.
- Concessão de 18 bolsas para tradução e publicação de obras de autores brasileiros, a editoras da Argentina, Chile, Espanha, França, Holanda, Itália e Suécia.
- Realização da pesquisa “A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”, que tornou públicos os registros produzidos ao longo da expedição científica empreendida no Brasil entre 1783 e 1792.
- Produção de edições e co-edições de 10 obras, com 3 edições da revista

“Poesia Sempre” e instrumentação e edição fac-similar do “Reverbero Constitucional Fluminense, 1821–1822”.

#### **Participação em Eventos Nacionais e Internacionais:**

- Exposição comemorativa do centenário de lançamento da revista “O Tico-Tico Lá, o Tico-Tico Cá”, projeto bibliomúsica que alia a apresentação musical com informações sobre os instrumentos utilizados.
- Feiras de livros do Rio de Janeiro, da Bahia, Pan-Amazônica, de Pernambuco, de Porto Alegre, de Havana, Salão do Livro de Paris e Ano do Brasil na França e Festa Literária de Parati.

#### **DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)**

Parte das metas foi cumprida de modo satisfatório graças a parcerias e à interação com outros órgãos. O desempenho do programa seria ainda mais satisfatório se os limites orçamentário e financeiro não fossem liberados apenas no final do ano.

As metas físicas ficaram abaixo do previsto devido a fatores tais como o limite orçamentário utilizado para a readequação de crédito, por conta da insuficiência de recursos, para cobrir as despesas com benefícios, manutenção e funcionamento da Instituição e, ainda, a greve dos servidores públicos no período de 4 de abril a 17 de julho.

#### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As bibliotecas mantidas e implantadas pela FBN são de acesso livre e o público-alvo é representado por todos aqueles que fazem uso de seus acervos e, na prática, é formado por pesquisadores e leitores a partir de 5 anos de idade, que acessam os espaços mantidos e as bibliotecas implantadas pela FBN, participante das feiras nacionais e internacionais de livros organizadas ou representadas pela FBN.

Em relação aos espaços mantidos, a greve dos servidores, de abril a julho, prejudicou o atendimento ao público, que foi normalizado logo após seu término.

Quanto às bibliotecas implantadas, devido à iniciativa realizada somente em dezembro, por conta do descontingenciamento tardio dos recursos, a aferição do público-alvo ainda está se consolidando.

O desempenho físico é mensurado a partir do Plano Interno (PI) e a avaliação mensal dos resultados, a partir dos relatórios de ações mensais elaborados pelo MinC, das reuniões com os responsáveis pelas ações para apresentação da análise e da possível correção da execução.

A carência de recursos humanos deve-se à falta de plano de carreira e de concursos públicos necessários para compor o quadro funcional, hoje bastante deficitário.

As Setoriais, órgãos colegiados criados no âmbito do MinC, compõem espaços de diálogos no campo do livro e da leitura. Apesar de trabalhar com transparência na aplicação dos recursos, o programa esbarra no excesso de regulação do Estado. Como exemplos de práticas continuadas, se destacam os editais públicos e o diálogo com a sociedade e com segmentos atendidos pela atuação do programa.

## RECOMENDAÇÕES

**Conforme recomendado na avaliação do exercício 2004**, é necessário que a BN explicita a composição dos kits de leitura distribuídos às Bibliotecas Públicas a cada ano.

- Deve ser pensada a distribuição de kits de livros nos Pontos de Cultura. Recomenda-se pró-atividade entre a BN e a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do MinC, visando aos Pontos de Cultura, que são espaços propícios para o hábito da leitura, assim como um diálogo mais estreito entre a BN e o MinC, visto que a primeira coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Quanto à implementação do programa, sugere-se instituir o acompanhamento e monitoramento das bibliotecas, mediante a criação de sistema de avaliação das bibliotecas instaladas.
- Quanto ao público-alvo, sugere-se a adoção de uma forma simples de mensurar o número de pessoas que têm acesso aos produtos oferecidos pelas bibliotecas que compõem o programa.

## MONUMENTA

### OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

### PÚBLICO-ALVO

População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 47.240.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 37.880.443,00 Pago estatais: - Total: R\$ 37.880.443,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

**Unidade de medida:** Percentagem  
**Último índice apurado:** 20,6 em 2005  
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apurado até 2005 (20,6%) refere-se ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 centros históricos atendidos pelo programa.

O atual indicador não demonstra o número real de bens conservados de forma sustentável, pois as obras de restauração estão em fase de conclusão e os Fundos Municipais de Preservação ainda estão sendo implantados. Cabe ressaltar que nenhum centro histórico encontra-se completamente preservado e sustentável, sendo o indicador de sustentabilidade de difícil mensuração.

Até 2005, 6 Fundos foram implantados e 24 obras em monumentos/logradouros públicos concluídas.

## 2. TAXA DE CONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL SOB PROTEÇÃO FEDERAL PELA POPULAÇÃO

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 25/1998

**Índice previsto ao final do PPA:** -

### **Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O atual indicador não é capaz de mensurar os resultados. O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação de muitos indicadores constantes de seus programas. Apenas no final do exercício, foram vislumbradas soluções com o apoio de profissionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), parceria que busca uma profunda revisão de todos os indicadores e suas formas de mensuração ainda em 2006.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

O abandono do patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) deve-se à perda do interesse econômico, seja quanto à sua localização, seja quanto à sua adequação física. Com isso, esses bens culturais perderam seu valor imobiliário, resultando em degradação progressiva dos imóveis e incentivo à ocupação por população marginal, com o conseqüente aumento da depreciação dos valores imobiliários e desestímulo à inversão de recursos para a sua recuperação e conservação.

### **PRINCIPAIS RESULTADOS**

#### **Restaurações/Recuperações:**

- Conclusão de 10 obras de restauração do patrimônio histórico, compreendendo monumentos nas cidades de Diamantina, Congonhas e Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Rio de Janeiro (RJ). Goiás (GO), São Francisco do Sul (SC).
- Início de 26 obras em 18 Municípios conveniados.
- Realização de trabalhos de limpeza dos "12 Profetas", esculturas de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que compõem o conjunto arquitetônico do Santuário Senhor Jesus do Matosinhos, em Congonhas (MG).
- Recuperação da Ponte do Mocha e os das pequenas capelas "Cinco Passos da Paixão", pertencentes à diocese de Florianópolis, em Oeiras (PI).
- Entrega do prédio localizado na Rua Riachuelo 933, no Centro de Porto Alegre (RS), primeiro imóvel privado recuperado no país com recursos do programa, cuja obra foi iniciada em março e finalizada em dezembro.
- Inauguração da Orla do Porto Geral em Corumbá (MS), com reurbanização que contou com novo paisagismo, calçamento e iluminação de 400m<sup>2</sup> de área. A obra permite o fácil acesso aos barcos e está localizada em um centro de observação privilegiado do casario histórico e do Rio Paraguai, que circunda a cidade.

### Educação Patrimonial

- Lançamento, em setembro, do projeto Tapume do programa Monumenta, exposição de educação patrimonial montada ao ar livre na Praça Tiradentes, localizada no Centro Histórico do Rio de Janeiro.

### Cooperação

- Assinatura do Termo de Cooperação para criação do Museu da Cidade do Rio de Janeiro, que terá como sede o Solar do Visconde do Rio Seco.
- 

### Capacitação e formação

- Conclusão do curso de restauração e fabricação de azulejos, oferecido pela Escola de Azulejaria de São Luís (MA), um projeto de capacitação e formação, fruto da parceria do programa com a prefeitura, para qualificação de mão-de-obra, visando ao restauro das fachadas azulejadas do acervo arquitetônico da capital maranhense.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Para a efetivação dos contratos de obras (investimentos integrados), houve grande quantidade de recursos interpostos pelas empresas participantes dos certames e morosidade das comissões de licitação em seu julgamento. Quanto às licitações, ocorreram erros procedimentais incompatíveis com o regulamento do programa. O distanciamento dos projetos básicos da real necessidade na aprovação dos perfis, identificado na análise para autorização das licitações, obrigou à readequação dos projetos e a novas apreciações pela Unidade Central de Gerenciamento (UCG) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de inúmeras obras a serem licitadas. Isso causou atrasos nas contratações e, conseqüentemente, no início das obras.

A celebração dos contratos para recuperação de imóveis privados com a Caixa Econômica Federal, foi difícil, porque a instituição financeira não chegou a um denominador comum quanto ao perfil do mutuário. A inadimplência efetiva dos proponentes dificultou os aditamentos dos convênios para 2005 e para o desembolso financeiro.

Com a execução orçamentária acima do esperado, atividades importantes para os resultados do programa foram realizadas, tais como: análise de 57 processos de licitação em investimentos integrados; desenvolvimento e implementação do Sistema de Administração Físico-Financeira (SAFF), que permite disponibilizar informações de todos os componentes do programa em tempo real, com base confiável e uniformizada; conclusão de editais de seleção pública para contratação de 52 projetos para intensificação do uso do patrimônio histórico arquitetônico dos Municípios elegíveis, visando à implementação de parte do componente "Promoção de Atividades Econômicas"; e lançamento de cartilha explicativa sobre o financiamento para recuperação de imóveis privados. Após o lançamento, várias cidades elegíveis lançaram o edital para o financiamento, no segundo semestre de 2005.

Com o início de nova gestão Municipal neste ano, houve alterações das equipes nas cidades conveniadas, prejudicando a continuidade dos trabalhos realizados

pelas Unidades Executoras de Projetos (UEPs), principalmente quanto às licitações e contratações de obras.

A inadimplência das cidades conveniadas com o Governo Federal prejudicou o andamento de diversas obras. Assim, uma boa parte das obras teve sua programação alterada.

As metas físicas estão dentro do previsto para a ação “Preservação do Patrimônio Histórico Urbano”, considerando-se que a execução financeira e orçamentária superou as expectativas. Como o indicador para essa ação é ineficaz para a mensuração da meta física (conjuntos históricos), é difícil obter-se um resultado coerente, visto que não há como medir o cumprimento da meta física anual.

As ações “Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano” e “Educação Patrimonial na Área do Monumenta” ficaram abaixo do previsto.

O contrato de empréstimo prevê parceria privada, entretanto, há necessidade de se construir mecanismos para incrementar a articulação com a iniciativa privada e com as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

### **OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2005, foi concedido ao programa “Monumenta” um aporte adicional de recursos da ordem de 95% a mais do que em 2004, o que permitiu um aumento considerável tanto de investimentos integrados quanto de atividades concorrentes.

O programa foi avaliado em agosto de 2005 pela 3ª Missão de Administração, realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A avaliação do BID é realizada anualmente.

Do início do programa até 2005, as atividades tomaram dimensões diferentes dentro das ações e, atualmente, os indicadores não refletem nitidamente os resultados, visto que alguns são de caráter qualitativo e não quantitativo.

Não foi realizada pesquisa de opinião pública para apurar o percentual de atendimento ao público-alvo do programa, o que deverá ser realizado ao final do programa.

Dois atores fazem o acompanhamento físico de forma descentralizada à UCG, a saber: 1) UEPs das cidades conveniadas, responsáveis pelo acompanhamento físico in loco da evolução das metas e 2) as sub-regionais do IPHAN, responsáveis por atestar in loco a qualidade dos serviços executados.

Nessa concepção, o monitoramento do desempenho físico desenvolvido pela UCG consiste na checagem de relatórios encaminhados sempre que ocorrem solicitações de pagamento. Assim, a periodicidade do monitoramento está vinculada aos desembolsos e sua abrangência é total.

Outro mecanismo de monitoramento, por exigência contratual do BID, é o relatório de progresso, de realização semestral, em que são avaliadas todas as ações executadas no âmbito do programa. Nele são apontados os resultados e entraves ocorridos e sua evolução. Bimestralmente o programa encaminha o relatório de Metas Presidenciais, que visa a verificar o monitoramento e os ajustes do programa.

O programa está realizando coleta de informações a partir de dados disponibilizados pelas prefeituras para o Sistema de Informações Patrimoniais, que integrará o Sistema Nacional de Informações Culturais. A base de dados de patrimônio está sendo desenvolvida juntamente com técnicos do programa e do MinC.

O fortalecimento institucional do IPHAN suscitou uma revisão completa do Plano de Ação, elaborado inicialmente em 1999. Com a nova estrutura da autarquia e em vista dos resultados da implantação de algumas ações, fizeram-se necessários a reprogramação e o detalhamento das atividades para o alcance das metas, tais como inventários nacionais, normatização para acautelamento e gestão do patrimônio, plano estratégico de informação e informática e plano de capacitação, a ser elaborado a partir da identificação da demanda do quadro funcional do IPHAN.

Quanto à gestão do programa, cabe esclarecer que a gerência trabalha em conjunto com as coordenações das ações. Foram realizadas oficinas, visando a levantar demandas comunitárias, assim como reuniões para discussão descentralizada de definição das ações que serão financiadas pelo programa, visto que são propostas apresentadas por associações comunitárias, ONGs, grupos étnicos e conselhos municipais. Resultaram dessa participação a definição de critérios para a destinação econômica dos bens já restaurados e em fase de conclusão, o fortalecimento de grupos locais estabelecidos nas áreas elegíveis pelo programa e a definição quanto ao fomento de atividades turísticas voltadas à promoção de atividades econômicas.

Em 2002, foi utilizado o mecanismo de disposição a pagar (DAP) em pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) nas cidades beneficiadas pelo programa, que objetivou medir a disposição dos beneficiários em pagar pela preservação do patrimônio histórico. Em 2005 não foi realizada pesquisa de opinião pública, pois os conjuntos históricos não foram concluídos.

As práticas continuadas e inovadoras de gestão adotadas pelo programa consistem em unir estruturas já existentes no âmbito das três esferas de Governo, criando sinergias, através de Planos Diretores, em parceria com o Ministério das Cidades; Circuito de Pousadas Históricas, em parceria com o Ministério do Turismo; atividades concorrentes, fomentadoras de potencialidades socioeconômicas, culturais e turísticas de cada cidade; e intercâmbio de experiências nas cidades, por meio de oficinas, trazendo as comunidades locais para o contexto do programa.

## RECOMENDAÇÕES

- É necessário o aprimoramento do indicador “Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável”, mudando-se, por exemplo, a fórmula de cálculo, já que o conceito fundamental do programa Monumenta - a sustentabilidade - é o diferencial da conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural em relação aos demais programas do MinC que tratam do mesmo assunto.

## MUSEU, MEMÓRIA E CIDADANIA

### OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

### PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 21.162.413,00	Empenho Liquidado: R\$ 20.339.105,00 Pago estatais: - Total: R\$ 20.339.105,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO

**Unidade de medida:** Porcentagem

**Último índice apurado:** 17 em 2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 35

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não houve apuração dos indicadores, pois não há nenhum instituto que o faça. A definição de indicadores para o setor cultural configura um grande problema, tendo em vista ser difícil mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

#### 2. RELAÇÃO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS / NÚMERO DE MUSEUS REVITALIZADOS PELA UNIÃO

**Unidade de medida:** Unidade

**Último índice apurado:** 2,25 milhões em 2003

**Índice previsto ao final do PPA:** 3,15 milhões

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Não houve apuração dos indicadores, pois não há nenhum instituto que o faça. A definição de indicadores para o setor cultural configura um grande problema, tendo em vista ser difícil mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os museus brasileiros e as instituições de memória passam por uma fragilidade nunca vista, sem recursos e capacidade técnica para desempenhar adequadamente suas atividades. Em sua grande maioria, os museus e demais espaços culturais estão instalados em imóveis antigos, muitos do período colonial, tornando necessária a implantação de ações sistemáticas de conservação e restauração dos prédios e instalações. Esses museus possuem coleções representativas das várias matrizes culturais brasileiras, o que também exige atenção especial que minimize os fatores naturais de sua degradação.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Consolidação da Política Nacional de Museus, resultante de uma ação democrática, cuja criação teve a participação de diversas entidades vinculadas à museologia, profissionais da área, do meio universitário e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura.
- Realização de aproximadamente 800 eventos culturais, com a participação de 250 instituições de todas as regiões do país, na 3ª edição das comemorações da Semana Nacional de Museus.
- Realização de 111 oficinas e 22 fóruns com mais de 6.600 profissionais de instituições museológicas e entidades afins, para a Capacitação em Museologia, feita em parceria com Universidades e Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, atingindo 20 Estados de todas as regiões do país.
- Restauração do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, mediante intervenções feitas pelo Ministério da Cultura (MinC).
- Garantia de condições de funcionamento aos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), permitindo a manutenção física dos prédios, o atendimento ao público e demais ações necessárias ao funcionamento dos museus.
- Seleção de 73 projetos, por meio de edital, distribuídos entre 24 Estados, para serem apoiados em 2006.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Existem, no Brasil, em torno de 2 mil museus e o programa prevê o atendimento a qualquer um deles. Considerando-se o total de recursos orçamentários disponíveis, o atendimento se concentra em museus do MinC. Para os museus não vinculados foi destinada uma parte dos recursos, aplicados em projetos selecionados por meio de edital público.

Em que pese o forte contingenciamento, que levou ao redimensionamento de vários projetos, sua liberação no final do exercício possibilitou alcançar resultados satisfatórios. Os recursos estão bem abaixo das necessidades dos museus descentralizados em nível nacional, principalmente em função da 2ª edição do Edital “Modernização de Museus”, que visa a atender aos projetos de museus não vinculados ao ministério e tem como um dos critérios o atendimento a regiões menos privilegiadas no recebimento de recursos públicos.

Não houve apuração dos indicadores, tendo em vista a dificuldade em mensurar os impactos das políticas culturais na sociedade.

Os trâmites burocráticos, as inúmeras exigências legais com relação à documentação para se firmarem convênios e o conseqüente atraso na liberação orçamentária e financeira prejudicam a execução das ações planejadas para o programa, tendo em vista que atrasam a formalização de convênios e a condução dos processos licitatórios.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O programa desenvolve uma rede de parcerias, sobretudo por meio do Sistema Brasileiro de Museus, que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor museológico (Associação Brasileira de Museologia e Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus). As parcerias são fundamentais para a realização de fóruns de discussões sobre as políticas museológicas implementadas nos Estados, a comemoração da Semana Nacional de Museus em todo o país e a realização de oficinas de capacitação em museologia em todas as regiões.

A maioria das metas físicas ficou acima dos patamares previstos em virtude das parcerias entre o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN) e as Secretarias e Fundações Culturais dos Estados, que permitiram dividir os custos e ampliar os resultados e promoveram a realização de Fóruns de Museus em todas as regiões do país, com a finalidade de discutir o andamento e as diretrizes das políticas públicas no campo museológico em nível estadual e nacional, fornecendo subsídios para a condução da Política Nacional de Museus e, conseqüentemente, do programa “Museu, Memória e Cidadania”.

A participação social, fomentada pelos fóruns de discussão promovidos pelo DEMU, é fundamental para o delineamento das diretrizes e definição de ações que serão realizadas dentro da Política Nacional de Museus e do programa “Museu, Memória e Cidadania”. Isso contribui para que a demanda do setor museológico seja atendida dentro das possibilidades do programa e para que os resultados sejam alcançados.

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), cuja base de financiamento é o programa “Museu, Memória e Cidadania”, se sustenta num modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam a ação desse arranjo institucional:

1. Instrumentos institucionais: organização institucional do setor museológico, compreendendo o programa de governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da Política Nacional de Museus, como a criação do Cadastro Nacional de Museus.
2. Instrumentos de democratização: formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, a disseminação de conhecimento, a distribuição democrática dos recursos públicos e a discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico.
3. Instrumentos de fomento: mecanismos desenvolvidos de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

O Sistema Brasileiro de Museus disponibiliza instrumentos institucionais de fomento e democratização para a gestão do Programa Nacional de Museus e a consecução

dos seus objetivos. Esse modelo provê organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações enquadram-se em mais de um instrumento. Exemplos são os editais de apoio a museus, que são instrumentos de fomento e democratização, assegurando condições iguais a todos os interessados.

Com esse modelo de gestão, o Departamento de Museus e Centros Culturais pretende valorizar o patrimônio cultural brasileiro por meio da revitalização e criação de instituições museológicas, a partir da obtenção dos seguintes resultados: incremento de recursos para investimento na área museológica em todo o país; estabelecimento de parcerias para captação de recursos humanos e financeiros e utilização de novas tecnologias para aperfeiçoamento do setor; profissionalização do setor museológico em todo o Brasil; visibilidade e valorização do tema “museus” pela sociedade.

O SBM dispõe de um Comitê Gestor, composto por entidades governamentais e da sociedade civil ligada ao setor museológico, constituindo um instrumento de democratização e suprindo o estabelecimento de mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

## RECOMENDAÇÕES

- Estabelecer meta de atendimento de museus pelo programa.
- Criar indicadores, como, por exemplo, “Taxa de Cobertura/ Atendimento de Museus Brasileiros por Editais”. Quanto à mensuração dos indicadores, são aplicáveis: “Custo do Museu / Receita”, para o indicador 1 e “Número de Visitantes aos Museus”, para o indicador 2 .
- Monitorar efetiva e continuamente a avaliação do programa.
- Priorizar a captação de recursos, visto o elevado número de museus que o programa pretende atender.
- Propiciar parcerias público-privadas para resguardar os museus dos crimes a que estão atualmente expostos com maior intensidade.